

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

169 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 12 a 16/06/2023

1. VISITA DA PRESIDENTE DO PE A PORTUGAL	1
2. SESSÃO PLENÁRIA PE	2
Software espião	2
Ucrânia e NATO	2
IA mais segura	2
Baterias sustentáveis	3
Provas eletrónicas	3
3. BCE - AUMENTO TAXAS JURO	3
4. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS POR PAÍS	4
5. CONFERÊNCIA SOBRE LITERACIA DIGITAL - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	4
6. COMPOSIÇÃO PE 2024	5
7. COMISSÃO EUROPEIA	5
Financiamento sustentável	5
Economia social	6
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Reunião informal dos ministros da Agricultura e Pescas	6
Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)	6
Eurogrupo	7
Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	7
Apoiar o futuro da Síria e da região – 7.ª Conferência de Bruxelas	7
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. VISITA DA PRESIDENTE DO PE A PORTUGAL

A Presidente do Parlamento Europeu, [Roberta Metsola](#), esteve em visita oficial a Portugal nos dias 15 e 16 de junho, a convite do Presidente da Assembleia da República.

A visita iniciou-se com um encontro do Primeiro-Ministro no dia 15 de junho e, no dia seguinte, [reuniu-se com o Presidente da Assembleia da República](#), no Palácio de São Bento, onde interveio na sessão plenária e participou num debate com os diversos grupos parlamentares.

Na sua [intervenção em plenário](#), a Presidente do PE afirmou que a Europa tem a capacidade de dar o tom a nível mundial, de liderar, reforçar e reformar: “*Temos de continuar a apresentar soluções em matéria de migração, alterações climáticas, inovação digital, energia e crescimento, aproximando o nosso projeto das pessoas.*”. Referiu-se ao papel da União Europeia na guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o acompanhamento dos avanços da tecnologia e da inteligência artificial, a responsabilidade nas questões da migração, a importância das eleições europeias de 2024 e do voto dos jovens, questões relativas à energia e à utilização de energias renováveis e o impacto económico e social das decisões ao nível da UE.

Especificamente sobre Portugal frisou que “*É maravilhoso estar de volta a Portugal - um país que personifica o que significa ser europeu. Um sítio onde me sinto sempre em casa, com um povo que simboliza o espírito de resiliência, de solidariedade e de união que a Europa deve abraçar. É esse o efeito português.*”. Salientou ainda que “*(...) a verdade é que Portugal sabe ultrapassar melhor do que ninguém os desafios da geografia. O vosso país é a nação onde a Europa começa. Da América Latina, a África e à Ásia, os vossos laços únicos fizeram com que a Europa fosse capaz de falar com o mundo e de o ouvir de uma forma que permite o entendimento comum e protege o multilateralismo.*”, e, especificamente no que à energia diz respeito, destacou que “*No início de 2022, as energias renováveis forneciam apenas 52% do seu consumo total de eletricidade [em Portugal]. Em janeiro de 2023, esse valor subiu para 88%. É esse o futuro.*”.

Terminou a sua intervenção agradecendo a Portugal: «*Por isso, obrigado Portugal. Obrigado por 38 anos de solidariedade e liderança europeias. Obrigado por terem ajudado a construir a nossa Europa. Agora vamos torná-la mais forte.*» (vídeo disponível [aqui](#)).

Durante a sua permanência em Portugal, a Presidente do PE participou também no Conselho de Estado, a convite do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, onde foram abordadas as perspetivas sobre a atualidade da agenda europeia a menos de um ano das eleições para o Parlamento Europeu. Reuniu ainda com o Presidente da Câmara de Lisboa e ex-Comissário Europeu, Carlos Moedas, e participou no Congresso da Juventude do Partido Popular Europeu, em Braga.



Fonte: [Sessão Plenária com a presença da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola](#)

2. SESSÃO PLENÁRIA PE

Teve lugar esta semana a sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, destacando-se os seguintes debates:

Software espião

O PE aprovou uma [resolução que contém as reformas necessárias para combater a utilização abusiva de software espião](#). Com base numa [investigação de um ano sobre a utilização do software espião de vigilância Pegasus e equivalentes](#), os deputados consideraram que a utilização ilícita de software espião colocou «em jogo» a própria democracia e apelaram a investigações credíveis, a alterações legislativas e a uma melhor aplicação das regras em vigor para combater os abusos. Instaram ainda a Hungria e a Polónia a respeitarem os acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e a restabelecerem a independência judicial e os organismos de supervisão, exortaram o Governo grego a «restabelecer e reforçar urgentemente as garantias jurídicas e institucionais» e afirmaram que o Chipre deve revogar todas as licenças de exportação não alinhadas com a legislação da UE.

Os deputados defendem ainda que, para acabar imediatamente com as práticas ilícitas de *software* espião, este tipo de *software* só deve ser utilizado nos Estados-Membros onde as alegações de abuso tenham sido cuidadosamente investigadas, em que a legislação nacional esteja em conformidade com as recomendações da Comissão de Veneza e com a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e onde as regras de controlo das exportações tenham sido aplicadas. Propuseram também a criação de um Laboratório Tecnológico da UE, um instituto de investigação independente com poderes para investigar a vigilância e prestar apoio tecnológico, incluindo o rastreio de dispositivos e a investigação forense.

Consideraram, por fim, que existem «fortes indícios» de os governos de Marrocos e do Ruanda terem espiado cidadãos da UE de grande visibilidade, incluindo chefes de Estado.

Ucrânia e NATO

Os deputados apelaram aos países da NATO para que honrem o seu compromisso com a Ucrânia e tomem medidas para o país ser [convidado a aderir à Aliança Atlântica](#). Na resolução aprovada, os deputados referiram esperar que o «processo de adesão comece depois do fim da guerra e seja concluído o mais rapidamente possível». Condenaram ainda a destruição pela Rússia da barragem de Kakhovka em 6 de junho, considerando que se trata de um crime de guerra.

IA mais segura

O PE adotou a sua [posição de negociação sobre o Regulamento Inteligência Artificial \(IA\)](#), que assegura que a IA desenvolvida e utilizada na Europa respeita plenamente os direitos e valores da UE, incluindo a supervisão humana, a segurança, a privacidade, a transparência, a não discriminação e o bem-estar social e ambiental. As regras seguem uma abordagem baseada no risco e estabelecem obrigações tanto para os fornecedores como para aqueles que utilizam sistemas de IA, em função do nível de risco que esta pode colocar. Os deputados garantiram que a classificação das aplicações de risco elevado passará a incluir sistemas de IA que prejudicam significativamente a saúde, a segurança e os direitos fundamentais das pessoas ou o ambiente. Por outro lado, os fornecedores de modelos de base (um desenvolvimento novo e em rápida evolução no domínio da IA) terão de avaliar e atenuar eventuais riscos (para a saúde, ambiente, segurança, direitos fundamentais, democracia e Estado de direito) e registar os seus modelos na base de dados da União antes da sua introdução no mercado da UE.

Baterias sustentáveis

Foi aprovado o [acordo negociado com o Conselho](#) para rever as regras da UE em matéria de baterias e resíduos de baterias e que [prevêem medidas](#) como a declaração e rótulo obrigatórios sobre a pegada de carbono, conceber baterias portáteis de modo a que possam ser removidas e substituídas facilmente pelos consumidores, passaporte digital de bateria, dever de diligência para todos os operadores económicos, objetivos mais rigorosos em matéria de recolha de resíduos, níveis mínimos de materiais recuperados e níveis mínimos de conteúdo reciclado provenientes do fabrico e dos resíduos dos consumidores para utilização em baterias novas.

Provas eletrónicas

O PE aprovou [regras sobre a troca de provas eletrónicas entre as autoridades que aplicam a lei para tornar mais eficazes as investigações criminais entre diferentes países](#). As novas regras permitirão às autoridades nacionais solicitar provas diretamente aos prestadores de serviços de outros Estados-Membros (as chamadas "ordens de entrega") ou solicitar que os dados sejam conservados por um período máximo de 60 dias, de modo a que os dados pertinentes não sejam destruídos ou perdidos ("ordens de conservação"), introduzem um prazo obrigatório de 10 dias para responder a uma ordem de entrega (oito horas em casos de emergência) e garantem que as autoridades podem recusar pedidos de provas quando tiverem preocupações sobre a liberdade dos meios de comunicação social ou as violações dos direitos fundamentais no Estado-Membro requerente. É ainda assegurado que as autoridades que solicitam dados sensíveis (tais como dados de tráfego e dados de conteúdo) terão, na maioria dos casos, de notificar as autoridades do país em causa, a fim de garantir a transparência.

3. BCE - AUMENTO TAXAS JURO

O [Conselho do BCE decidiu esta semana aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE em 25 pontos base](#). O Conselho está empenhado em assegurar o retorno atempado da inflação ao seu objetivo de médio prazo de 2%, refletindo o aumento das taxas de juro a avaliação atualizada das perspectivas de inflação, dinâmica da inflação subjacente e força da transmissão da política monetária (comunicado de imprensa [aqui](#)).

As projeções macroeconómicas de junho apontam para uma inflação subjacente em média de 5,4% em 2023, 3,0% em 2024 e 2,2% em 2025, e os indicadores das pressões subjacentes sobre os preços permanecem fortes, embora alguns evidenciem sinais preliminares de abrandamento. As projeções para a inflação foram revistas em alta, considerando que esta atingirá 5,1% em 2023, descendo depois para 3,0% em 2024 e 2,3% em 2025 e foram reduzidas as projeções para o crescimento económico no presente ano e no próximo, projetando agora que a economia registe uma taxa de crescimento de 0,9% em 2023, 1,5% em 2024 e 1,6% em 2025.

Os anteriores aumentos das taxas de juro estão a repercutir-se nas condições de financiamento e a ter impacto no conjunto da economia, com os custos do endividamento a subir de forma acentuada e o crescimento dos empréstimos a abrandar.

O BCE adiantou ainda que as suas futuras decisões assegurarão que as taxas de juro diretoras do BCE sejam fixadas em níveis suficientemente restritivos para lograr um retorno atempado da inflação ao objetivo de médio prazo de 2% e sejam mantidas nesses níveis enquanto for necessário.

4. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS POR PAÍS

O [Conselho aprovou no final da semana as suas recomendações específicas por país¹ relativas aos Programas Nacionais de Reformas dos Estados-Membros para 2023 e os pareceres do Conselho sobre os Programas de Estabilidade ou de Convergência atualizados dos Estados-Membros](#).

Esta aprovação insere-se no processo do Semestre Europeu 2023, que permite a coordenação das políticas económicas, orçamentais e de emprego dos Estados-Membros. Estas recomendações deverão ser aprovadas pelo Conselho Europeu na sua reunião de 29 e 30 de junho, após a qual o Conselho poderá proceder às adoções formais, concluindo assim a fase final do processo do Semestre Europeu de 2023.

Refira-se que, no que diz respeito a [Portugal, as recomendações](#) passam por (1) eliminar progressivamente, até ao final de 2023, as medidas de apoio à energia atualmente em vigor, utilizando as economias correspondentes para reduzir o défice público, assegurar uma política orçamental prudente, preservar o investimento público financiado a nível nacional e assegurar a absorção efetiva das subvenções do MRR e de outros fundos da UE, continuar a prosseguir uma estratégia orçamental de consolidação gradual e sustentável no médio prazo, melhorar a eficácia do sistema fiscal e do sistema de proteção social; (2) acelerar a execução do plano de recuperação e resiliência, assegurando também uma capacidade administrativa adequada, e finalizar rapidamente o capítulo REPowerEU, com vista a iniciar rapidamente a sua execução; (3) melhorar as condições da transição para uma economia circular, em particular aumentando a prevenção, reciclagem e reutilização de resíduos, por forma a evitar que tenham de ser depositados em aterro ou incinerados; e (4) reduzir a dependência global dos combustíveis fósseis.

5. CONFERÊNCIA SOBRE LITERACIA DIGITAL - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Nos dias 16 e 17 de junho teve lugar, na Assembleia da República, a [Conferência sobre Literacia Digital: por que motivo é importante para a democracia representativa](#).

Em junho de 2022, teve lugar em Atenas e Nafplion, a Conferência inaugural dedicada ao tema *Digital Technologies and the Stakes for Representative Democracy*, realizada por iniciativa da *Hellenic Parliament Foundation*, tendo, entre os seus co-organizadores, a Assembleia da República, e na qual o Deputado Alexandre Quintanilha, Presidente da Comissão de Educação e Ciência, foi o seu representante.

A segunda edição desta Conferência realizou-se assim na Assembleia da República, tendo contado com a participação de Deputados à Assembleia da República e de outros Parlamentos nacionais, Deputados ao Parlamento Europeu, académicos especializados na área e peritos por parte do setor social e industrial.

O primeiro dia da conferência foi dedicado ao debate sobre os resultados alcançados em Atenas e à importância da literacia digital para a democracia representativa, destacando-se a apresentação, por parte do Parlamento do Reino Unido, sobre a implementação de tecnologias digitais nas atividades parlamentares e a importância da sua manutenção no futuro. Contou ainda com a presença do Senhor Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, que proferiu um discurso de boas-vindas sobre o tema e respondeu a breves questões colocadas pelos participantes.

No segundo dia, as discussões focaram-se no papel dos Parlamentos na promoção da literacia digital, democrática e participativa, incluindo os jovens, boas práticas relativas ao aumento da participação cívica através da tecnologia, aproximação às instituições, impacto das redes sociais e como chegar aos cidadãos, assim como os desafios para a democracia de uma perspetiva de cibersegurança e no que respeito à utilização de inteligência artificial. As sessões de debate contaram com oradores da Assembleia da República e de outros Parlamentos nacionais, académicos, jornalistas e representantes da indústria digital (*Microsoft*, *Defined.ai*). Os trabalhos terminaram com uma mesa redonda sobre os temas debatidos, moderada pelo Deputado Alexandre

¹ De que demos nota na [síntese n.º 166](#) aquando da apresentação do pacote de primavera do Semestre Europeu

Quintanilha, e com a presença do Secretário de Estado para a Digitalização e Modernização Administrativa, Membros do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais, representante da Comissão Europeia e investigadores.

Os membros do comité académico reuniram ainda, no dia seguinte e à margem desta conferência, para debater as suas conclusões e os próximos passos.

O vídeo encontra-se disponível [aqui](#).

6. COMPOSIÇÃO PE 2024

O [PE aprovou esta semana a proposta sobre a sua composição](#), que visa aumentar o número de lugares em 11, para um total de 716, antes das eleições europeias de junho de 2024. Reflectindo as mudanças demográficas na UE desde as eleições de 2019, o relatório aprovado pede que os lugares adicionais sejam atribuídos da seguinte forma: Espanha +2 [61], Países Baixos +2 [31], Áustria +1 [20], Dinamarca +1 [15], Finlândia +1 [15], Eslováquia +1 [15], Irlanda +1 [14], Eslovénia +1 [9] e Letónia +1 [9].

A composição do Parlamento é avaliada antes de cada eleição, em conformidade com os [princípios estabelecidos nos Tratados](#) (ou seja, um máximo de 750 deputados, aos quais se adiciona o Presidente, um mínimo de 6 e um máximo de 96 lugares por cada país da UE e o respeito pelo princípio da "proporcionalidade degressiva") e com base nos dados mais recentes da população.

Os deputados do PE pretendem manter uma reserva de 28 lugares para os deputados eleitos num futuro círculo eleitoral a nível da União, em conformidade com a proposta do Parlamento Europeu sobre a [lei eleitoral da UE](#), que aguarda progressos ao nível do Conselho. Os deputados alertaram que qualquer novo atraso nos trabalhos do Conselho sobre esta reforma seria contrário ao [princípio da cooperação leal](#), uma vez que a decisão do Conselho deverá ter impacto nas eleições do Parlamento Europeu e poderá também afetar a sua composição.

7. COMISSÃO EUROPEIA

Financiamento sustentável

A Comissão Europeia apresentou um [novo pacote de medidas para desenvolver e reforçar os alicerces do quadro da UE para o financiamento sustentável](#) com o objetivo de assegurar que o quadro da UE para o financiamento sustentável possa apoiar as empresas e o setor financeiro, incentivando simultaneamente o financiamento privado de projetos e tecnologias de transição.

As medidas incluem:

- **Atos delegados sobre a taxonomia da UE**, sendo aprovado um conjunto de critérios da taxonomia para as atividades económicas que contribuem substancialmente para um ou mais dos objetivos ambientais não relacionados com o clima, nomeadamente a utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, a transição para uma economia circular, a prevenção e controlo da poluição e a proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.
- **Proposta de regulamentos sobre os fornecedores de notações ambientais, sociais e de governação (ASG)**. O mercado das ASG sofre atualmente de falta de transparência, tendo sido apresentada uma proposta de regulamento para melhorar a fiabilidade e a transparência das atividades de notação ASG. A adoção de novos princípios de organização e de regras claras sobre a prevenção de conflitos de interesses reforçarão a integridade das operações dos fornecedores de notações ASG.

- **Reforçar a usabilidade:** medidas e instrumentos recentemente propostos pretendem prevenir os principais problemas relacionados com a aplicação e dar resposta às questões levantadas pelas partes interessadas.
- **Financiamento da transição,** com medidas que visam fornecer orientações e exemplos práticos às empresas e ao setor financeiro, mostrando de que forma as empresas podem utilizar os vários instrumentos do quadro de financiamento sustentável da UE, a título voluntário, para canalizar os investimentos necessários urgentemente para a transição e gerir os riscos decorrentes das alterações climáticas e da degradação ambiental.

A secção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível [aqui](#).

Economia social

A Comissão Europeia recomendou ainda [medidas concretas de apoio à economia social](#), procurando dar prioridade às pessoas e às causas sociais e ambientais em detrimento do lucro. O pacote de medidas visa criar condições favoráveis para que as organizações da economia social prosperem e cresçam e sensibilizar para o seu potencial, em especial na criação de empregos de qualidade, no apoio à inovação e à inclusão social e inclui:

- Uma [proposta de recomendação do Conselho](#) para os Estados-Membros conceberem e implementarem estratégias para a economia social.

Esta proposta insta os Estados-Membros a desenvolverem estratégias abrangentes para a economia social, adaptando os quadros políticos e jurídicos, para promover um ambiente propício à economia social em todos os domínios pertinentes. Propõe medidas como a conceção de políticas do mercado de trabalho que apoiem os trabalhadores das empresas sociais, promovam o empreendedorismo social e assegurem condições de trabalho justas através do diálogo social e da negociação coletiva, o reconhecimento do papel da economia social na inclusão social, como por exemplo o acesso a habitação e serviços sociais e de prestação de cuidados acessíveis e de elevada qualidade, a melhoria do acesso ao financiamento público e privado, incluindo aos fundos da UE, permitir o acesso às oportunidades de mercado e à contratação pública, aproveitar as oportunidades proporcionadas pelas regras em matéria de auxílios estatais, assegurar que os sistemas fiscais apoiem a economia social e sensibilizar para a economia social e os seus contributos.

- O [portal para a economia social](#), um sítio *web* de balcão único para fornecer às organizações da economia social informações sobre o financiamento da UE, as oportunidades de formação, etc.

A secção de [perguntas e respostas](#) encontra-se também disponível.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros da Agricultura e Pescas

Os [ministros reuniram-se](#) para debater o potencial da agricultura e da silvicultura para contribuir para uma bioeconomia crescente e eficiente em termos de recursos e para o desenvolvimento sustentável.

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)

O [Conselho](#) adotou uma [recomendação](#) destinada a intensificar a ação da UE para combater a resistência aos antimicrobianos (RAM) nos domínios da saúde humana, da saúde animal e do ambiente, através da abordagem "Uma Só Saúde". Os ministros definiram a orientação geral do Conselho sobre um regulamento destinado a modernizar e simplificar a estrutura de taxas a pagar à Agência Europeia de Medicamentos (EMA), tomaram

nota dos progressos realizados até à data no que respeita ao regulamento relativo à criação de um Espaço Europeu de Dados de Saúde (EEDS), avaliaram o ponto da situação da proposta de regulamento relativo a normas de qualidade e segurança para as substâncias de origem humana destinadas à aplicação em seres humanos. No que se refere ao [emprego e política social](#), os ministros chegaram a acordo quanto à orientação geral do Conselho sobre uma proposta de diretiva destinada a melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas digitais, possibilitando assim o início das negociações com o Parlamento Europeu, chegaram a acordo quanto às orientações gerais do Conselho sobre duas diretivas destinadas a reforçar o funcionamento dos organismos de promoção da igualdade na UE. Foi ainda realizado um debate de orientação sobre o Semestre Europeu, que constitui o quadro da UE para a coordenação e o acompanhamento, numa base anual, das políticas económicas, orçamentais, sociais e de emprego. Foi adotada uma recomendação relativa ao reforço do diálogo social na UE e aprovadas conclusões sobre a integração da perspetiva da igualdade de género nas políticas, nos programas e nos orçamentos.

Eurogrupo

O [Eurogrupo](#) fez o balanço dos progressos realizados no projeto do euro digital e foi apresentado o seu programa de trabalho para o período que se estende até março de 2024. Foi debatida a supervisão pós-programa relativa à Grécia, a Chipre, à Irlanda, a Portugal e a Espanha e apresentados por parte do FMI, o BCE e a Comissão os pontos de vista sobre o desempenho dos mercados de capitais europeus. As declarações do Presidente do Eurogrupo estão disponíveis [aqui](#).

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Os ministros realizaram um [debate de orientação sobre o pacote legislativo relativo ao IVA digital e trocaram pontos de vista sobre a proposta de reforma do quadro de governação económica](#). O Conselho aprovou as recomendações específicas por país sobre os programas nacionais de reforma para 2023 e emitiu pareceres sobre os programas de estabilidade ou de convergência atualizados (Cfr. ponto 4). Foi ainda debatido o impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia e a implementação da assistência macrofinanceira da UE à Ucrânia.

Apoiar o futuro da Síria e da região – 7.ª Conferência de Bruxelas

A União Europeia presidiu à [sétima Conferência de Bruxelas subordinada ao tema "Apoiar o futuro da Síria e da região"](#). A vertente ministerial reuniu representantes de 57 países, incluindo os Estados-Membros da UE, e mais de 30 organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas. Este é o principal evento de 2023 para doadores em favor da Síria e da região, tendo sido possível mobilizar ajuda para os sírios que se encontram no país e nos países vizinhos através de compromissos internacionais que totalizam 5,6 mil milhões de euros para 2023 e para os anos seguintes.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana não se encontram previstas atividades no Parlamento Europeu.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) será no dia [20 de junho](#), com destaque para *Análise/revisão do funcionamento do Quadro Financeiro Plurianual, Um pacote ajustado para a próxima geração de recursos próprios, Estratégia Europeia de Segurança Económica.*

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 19.06: [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Energia](#);
- 20.06: [Conselho \(Ambiente\)](#);
- 21.06: [Reunião informal do Conselho dos Assuntos Gerais](#).

Bruxelas | 19 de junho de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).